Direcção Geral de Saúde

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 14:040, em que é recorrente a Comissão Municipal Administrativa do concelho de Anadia, recorrido o médico municipal Dr. António da Costa e Almeida e relator o vogal efectivo, Dr. João Marques Vidal:

A recorrente, atendendo a que era indispensável mandar proceder à reparação de diversas estradas e caminhos do concelho;

Que tais reparações seriam, sem dúvida, dispendiosas, e que o estado das finanças do município era bastante precário, tornando-se por isso necessário reduzir as despesas que fôsem susceptíveis de o ser, deliberou unanimemente, em sua sessão de 3 de Novembro de 1910, fazer a redução de 100\$000 réis no ordenado de cada um dos médicos municipais.

Mais deliberou a recorrente convidar aqueles facultativos a assistir à sessão seguinte para serem ouvidos, sessão que se realizou em 10 do referido mês com a assistência dos médicos, Drs. Eugénio Sampaio Duarte e António da Costa e Almeida, o recorrido, tendo a Comissão Municipal deliberado persistir na sua deliberação do dia 3 de Novembro (certidão de fl. 8 e seguintes); contra a deliberação tomada na sessão de 3 de Novembro, e só contra essa, como se vê da petição de fl. 2, reclamou o Dr. António da Costa e Almeida, ora recorrido, alegando:

1.º Que daquela deliberação, reduzindo a 200\$000 réis o seu ordenado, que era de 300\$000 réis, resultava ofensa dos seus direitos;

2.º Que a referida deliberação era nula, porque não se observou o disposto no artigo 152.º do Código Administrativo de 1878; e

3.º Que os fundamentos da deliberação não existiam mas, quando existissem, não justificariam a deliberação reclamada.

Com os documentos de fls. 5 e 7 demonstra o reclamante que foi nomeado médico municipal do concelho de Anadia com o ordenado de 300\$000 réis e pagar os direitos de mercê correspondentes.

Tinha, por isso, direito a ser previamente ouvido, e, sendo-o na sessão seguinte, de 10 de Novembro, esse facto não sana aquela falta.

E para provar que o estado de finanças municipais não é precário, como se invocou para fundamentar a deliberação reclamada, produz a certidão de fl. 11, pela qual se mostra que o saldo provável de 1910-1911 seria de 4.000 escudos e que o aumento do imposto do rial de água foi em 1911 de 555 escudos sobre o de 1910.

Conclui pela revogação da deliberação reclamada, nos termos do artigo 107.º do Código Administrativo de 1878, por ofensiva de seus direitos: e porque da sua execução possa resultar para o reclamante prejuízo irreparável ou de difícil reparação, pede que se suspenda, no que não for atendido, mandando o auditor administrativo do distrito de Aveiro, no seu despacho de fl. 12, que a comissão reclamada fôsse notificada nos termos e para os efeitos do artigo 13.º do decreto de 27 de Julho de 1901.

Alegou esta, na resposta de fl. 18, que tanto a petição de fl. 2, como os documentos que a instruem, não foram legalizados nos termos do artigo 85.º e § 1.º do decreto de 14 de Setembro de 1900, e, sendo assim, por força do disposto no artigo 340.º do Código Administrativo de 1896, a reclamação não existe, nada provando os documentos que acompanham a petição, embora com o selo em branco da repartição donde emanaram, o qual não constitui, depois do decreto citado, forma de reconhecimento. Quanto ao mais, entende a Comissão Municipal ter cumprido a lei, por isso que, antes de dar execução à deliberação reclamada, ouviu os facultativos que ela atingia, só a aprovando definitivamente na sessão de 10 de Novembro.

O presidente foi devidamente autorizado pela Comissão a intervir no processo, como se vê da certidão de fl. 20.

Alegaram de direito o reclamante e reclamada juntando esta as certidões de fls. 33 e 34, com as quais pretende demonstrar a razão de ser dos fundamentos da deliberação de 3 de Novembro.

E porque não se cumprira a disposição do artigo 32.º do decreto de 25 de Maio de 1911 mandou o auditor administrativo aguardar os autos até que a Junta dos Partidos Municipais interpusse o seu parecer e sem o qual não podiam prosseguir.

Requerido o cumprimento dessa formalidade pelo reclamante, a Junta dos Partidos Municipais deu o seu parecer de fl. 46 e seguintes, concluindo por que se deve considerar nula e de nenhum efeito a deliberação reclamada.

Depois de ouvido ainda o advogado da comissão reclamada sobre este parecer, foi proferida a sentença de fl. 60 e seguintes que, tendo-se certificado da legitimidade das partes, e da legalidade da petição de fl. 2 e dos documentos que a instruem julgou, atendendo ao disposto na última parte do artigo 10.º do decreto de 25 de Maio de 1911, procedente e provada a reclamação, anulou para todos os efeitos, a deliberação reclamada, e condenou nas custas e selos dos autos a Comissão Municipal Administrativa do concelho de Anadia.

Desta sentença vem o presente recurso interposto em devido tempo, pela reclamada, a qual, minutando a fl. 74, alegou que o decreto de 25 de Maio de 1911 não podia aplicar-se a uma deliberação anteriormente tomada ao abrigo do Código Administrativo vigente, além do que

aquela decreto não manda anular as deliberações sobre redução de ordnados dos médicos municipais, mas tam só determinam que fiquem suspensas.

Contraminou a fl. 81 o recorrido.

Tudo visto e devidamente ponderado, sendo ouvido o Ministério Público:

Considerando que o recurso é competente, não se suscitando dúvidas sobre a legitimidade das partes;

Considerando que, tendo-se reclamado, antes da vigência do decreto de 25 de Maio de 1911, contra a deliberação que reduziu o ordenado do recorrido, o auditor administrativo é competente para conhecer da reclamação, porque, segundo o disposto no artigo 32.º do citado decreto, o processo só não pode prosseguir sem que a Junta dos Partidos Municipais interponha o seu parecer, o que não importa cerceamento ou diminuição de competência do auditor administrativo para julgar da procedência ou improcedência da reclamação.

Considerando que, conforme se mostra da petição de fl. 2, o recorrido só reclamou da deliberação tomada na sessão de 3 de Novembro, que lhe reduziu em 100\$000 réis o seu ordenado que era de 300\$000 réis;

Considerando que a recorrente, reduzindo o ordenado do recorrido, deliberou sobre assunto da sua competência, não cumprindo aos Tribunais do Contencioso Administrativo, mas só às estações tutelares, apreciar os motivos ou fundamentos de tal deliberação; mas

Considerando que a comissão recorrente não podia tomar a deliberação de 3 de Novembro sem previamente ter ouvido o médico recorrido, como expressamente se preceitua no artigo 152.º do Código Administrativo de 1878; e tomando a, não só violou o direito do recorrido, consignado naquele artigo, não obstante a audiência posterior na sessão seguinte, de 10 de Novembro, que não sanou a falta cometida, mas também tal deliberação é nula por força do disposto no artigo 35.º, n.º 5.º, do citado código;

Hei por bem, conformando-me com a presente consulta, sobre proposta do Ministro do Interior, confirmar a sentença recorrida, que anulou a deliberação da Comissão Municipal Administrativa do concelho de Anadia pelo qual era reduzido o ordenado do recorrido a 200\$000 réis.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 29 de Março de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 14:176, em que é recorrente a Comissão Administrativa do Município de Setúbal e recorrido o Dr. João Maria Valente:

Em sessão de 26 de Outubro de 1910 resolveu a Comissão Administrativa do Município de Setúbal suprimir os dois partidos médicos municipais de Palmela, de 500\$000 réis de ordenado cada um, e abrir concurso para novo lugar de médico naquela localidade, com a dotação anual de 300\$000 réis e obrigação do serviço clínico do Hospital da Misericórdia; no mais antigo dos partidos suprimidos estava provido o médico, João Maria Valente, a quem o presidente comunicou o deliberado, por officio de 28 de Dezembro desse ano, participando que deixaria de lhe ser processado, a contar de 1 de Janeiro seguinte, o vencimento respectivo; não se conformando o médico, e pedindo os vencimentos ulteriores, deliberou a Comissão indeferir, em sessão de 12 de Junho de 1911, invocando a sua situação excepcional de comissão de carácter revolucionário, a hostilidade popular contra os médicos, cuja demissão se impunha como medida urgente de ordem pública, e as graves acusações que se faziam ao recorrente;

Reclamou este perante o auditor administrativo do distrito de Lisboa, em 20 de Outubro de 1911, requerendo a anulação das deliberações de 26 de Outubro e 28 de Dezembro de 1910 e de 12 de Junho de 1911;

Contestou a Comissão Administrativa, ofereceram-se documentos e alegações, ouviu-se a Junta dos Partidos Municipais, que emitiu o parecer de se reintegrar o reclamante no exercício do cargo, pagando-se-lhe todos os vencimentos em dívida, e julgou, afinal, o auditor administrativo procedente a reclamação, porque «não sendo ouvido o reclamante previamente para a supressão dos partidos de que se trata, foram as deliberações reclamadas tomadas com opposição do artigo 152.º do Código Administrativo de 1878, emquanto elas alteraram inteiramente as condições do partido em que o reclamante estava provido, sendo tal opposição motivo de nulidade artigo 35.º do Código Administrativo de 1878»;

Da sentença recorre em tempo a Comissão Administrativa do Município de Setúbal, impugnando o julgado com os seguintes fundamentos: deliberara a Comissão em obediência a ideas revolucionárias, que constituíam o *abstractum* da transformação social e política que se fez ou pretendeu fazer; suprimira legalmente o partido, atento o disposto no artigo 103.º, n.º 7.º, do Código Administrativo de 1878, e podia dispensar a aprovação tutelar, não exigida no artigo 106.º, n.º 2.º e 10.º, do mesmo Código, visto serem diferentes as expressões de *partido médico e emprego municipal*; todavia, obtivera a aprovação tácita da Comissão Distrital, perante quem o reclamante teria de ser ouvido, no caso de demissão ou dispensa de serviços, imposta como penalidade, que não se verificou, havendo apenas a consequência do uso da faculdade conferida no § único do artigo 447.º do Código Administrativo de 1896, a que não é aplicável a audiência prévia do artigo 152.º do Código de 1878; e o decreto de 25 de Maio de 1911, relativo à Junta dos Par-

tidos Médicos, era posterior às deliberações, e não podia ter efeito retroactivo;

Conclui por pedir a suspensão da decisão recorrida; Por sua parte contesta o recorrido a legitimidade da recorrente dizendo: «que o recurso foi requerido e tomado sem que ao processo se ache junto documento comprovativo de ter a comissão resolvido acompanhar e defender o pleito constante dos autos, nem interpor recurso da sentença proferida», e para o caso de se conhecer *de meritis*, indica a resolução do tribunal de 25 de Junho de 1891, e oferece as alegações de fl. 31, terminando por declarar extemporânea, ilegal e infundada a suspensão pedida pela recorrente, e requerer a imediata apresentação dos autos em conferência a fim de que, reconhecendo-se a manifesta ilegalidade deste recurso por ter sido interposto sem prévia deliberação da Comissão recorrente, como a lei exige (artigos 38.º, 103.º, n.º 10.º, 108.º e 109.º, n.º 8.º, do Código Administrativo de 1878, e 34.º, 51.º, n.º 1.º, e 62.º, § 1.º, n.º 4.º, do Código de 1896), e se rejeite o recurso, sem maiores delongas, que tantos sacrifícios e prejuízos estão causando ao recorrido».

Ouvido o Ministério Público, resolveu o Tribunal, em conferência, por acórdão a fl. 96 v, atendendo ao disposto no regulamento de 25 de Novembro de 1886, artigos 19.º, 20.º e 25.º, indeferir o pedido de suspensão, porque, além de tardio, não se mostrou justificado; e indeferir igualmente a rejeição preliminar do recurso, por haver passado a oportunidade do acto, facultativo para o tribunal, e constarem da certidão de fl. 22 e da procuração de fl. 28, os termos de suficiente mandato para seguimento do recurso, sem prejuízo da resolução a tomar afinal.

Tudo visto e ponderado:

Considerando que, em sessão de 8 de Novembro de 1911, foi informada do presente pleito a Comissão Administrativa do Município de Setúbal, e por unanimidade autorizou o seu vice-presidente em exercício «a constituir advogado para, no respectivo juízo, contestar a reclamação e promover tudo quanto a bem dos interesses municipais entender conveniente», seguindo-se a procuração de fl. 28, passada pelo mesmo vice-presidente, em exercício, ao signatário da petição e do termo de recurso, «para que a represente em qualquer tribunal ou juízo, e alegue e defenda os seus direitos e legítimos interesses em todo e qualquer processo judicial, fiscal ou administrativo, seus incidentes e recursos»;

Considerando que por estes documentos se mostra infundada a arguida ilegitimidade da recorrente;

Considerando que na data das deliberações impugnadas ignorava o Código Administrativo, de 6 de Maio de 1878, adoptado por decreto de 13 de Outubro de 1910, que a Constituição Política manteve no artigo 80.º, não podendo, portanto, apoiar-se em leis ou princípios contrários a esse Código os actos da comissão recorrente, praticados em 26 de Outubro e 28 de Dezembro de 1910 e 12 de Junho de 1911;

Considerando que pelo artigo 103.º, n.º 7.º, do Código de 1878, teve a gerência municipal a faculdade de extinguir os partidos de facultativos, quando desnecessários;

Mas porque a supressão do partido provido equivale à demissão do funcionário, não pode verificar-se sem prévia audiência do interessado, seguida da aprovação tutelar, conforme declarou, na primeira época da vigência do Código de 1878, a portaria de 31 de Janeiro de 1883, e se julgou por decreto, sobre consulta do Tribunal, de 24 de Dezembro de 1911, no *Diário do Governo* n.º 302;

Considerando que à extinção do partido não precedeu audiência do recorrido;

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, conformando-me com a referida consulta, e nos termos do artigo 43.º do regulamento de 25 de Novembro de 1886, decretar a negação do provimento no recurso.

O Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 29 de Março de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte:

Por despacho desta data:

Artur Ricardo Jorge, subdelegado guarda-mor de saúde substituto de Lisboa — licença de trinta dias, que pode ser gozada no estrangeiro.

Direcção Geral de Saúde, em 1 de Abril de 1913. — Pelo Director Geral, o Delegado de Saúde, Manuel Gonçalves Marques.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Tendo o Governo da República Portuguesa conhecimento da acção filantrópica que a Comissão de Beneficência e Dispensário para crianças da freguesia de Santa Isabel desempenha, o que se constatou por uma forma brilhante e significativa por ocasião da comemoração do seu 8.º aniversário: manda o Governo da República Portuguesa que seja dado um público testemunho de louvor à Comissão de Beneficência e Dispensário para crianças da freguesia de Santa Isabel, alargando-se este louvor a todos os que contribuem para a situação actual da prestante colectividade, em particular os médicos José Correia Dias e Júlio Guilherme Bettencourt Ferreira, pela sua generosa obra em favor dos doentes pobres.

Paços do Governo da República, em 28 de Março de 1913. — O Ministro do Interior, Rodrigo José Rodrigues.